



Anais da Assembleia

Nº 167

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DULÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dulílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algáci Ornário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania
(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 117.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1993
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Domingos Carvalho e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Puddell, Erondy Silvério, Eurides Moura, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix, Valderi Vilela (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Carlos Simões, Colombino Grassano, Duílio Genari, Élio Rusch, Heinz Herwig, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Nelson Garcia, Nereu Alves de Moura, Ovídio Constantino e Toti Colaço (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

As letras "a" e "b" do Inciso IX do art. 27, passam a ter a seguinte redação:

a - A realização de teste seletivo, ressalvados os casos de calamidade pública, a imperiosa necessidade administrativa;

b - Contratos com prazo máximo de 2 (dois) anos;

Curitiba, quinta, em 25.11.93

Sala das Sessões, em 25.11.93.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Erondy Silvério, Neivo Beraldin, Domingos Carvalho, Alceu Swarowski, João Iensen, Hermas Brandão, Djalma de Almeida César, Nelson Justus, Edson Silva Lino, Basílio Zanusso, Namir Piacentini, Costenaro Neto, Lourenço Fregonese, Doutor Rosinha, José Arthur Ritti, João Preis, Arlindo Troian, Ademar Traiano, Antônio Annibelli, Eurides Moura, Cezar Silvestri e Orlando Pessuti.

Indicação:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do Partido Democrático Trabalhista venho informar a Vossa Excelência que o Senhor Deputado Valderi Vilela está substituindo o Senhor Deputado Algaci Túlio, licenciado, em todas as Comissões Técnicas para as quais este último fora indicado.

Sala das Sessões, em 25.11.93.

(a) PAULO MAIA

Líder do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da pauta de discussão e votação do dia de hoje.

Sala das Sessões, em 25.11.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 4648

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER votação em bloco para as Proposições de Veto nºs 070/93, aposto ao Projeto de Lei nº 229/93; 075/93, aposto ao Projeto de Lei nº 357/93; 076/93, aposto ao Projeto de Lei nº 356/93; 077/93, aposto ao Projeto de Lei nº 124/92; 079/93, aposto ao Projeto de Lei nº 166/93; 080/93, aposto ao Projeto de Lei nº 355/93; e, 083/93, aposto ao Projeto de Lei nº 370/93, itens 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 25.11.93

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 4650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.11.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Juceni Santos da Costa, ocorrido no último dia 22 de novembro, na Cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 25.11.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A humildade é um dos fatores que as pessoas trazem em si, vindo de seus lares, sejam ricos ou pobres. Aliado a essa contingência da natureza, a iniciativa de servir ao próximo, também é todo pessoal, intransferível, onde as pessoas buscam com pensamentos positivos dar um pouco mais em favor de seus semelhantes. São princípios para muitos até poéticos, porém na Cidade de Paranaguá, existem entre as famílias de bairros, esses voluntários do mundo. Cada um, com o destino traçado pelo Mestre Divino.

A Serraria do Rocha, aliado à Vila Rute e Jardim Santa Rosa, fazem um dos maiores complexos populares, com uma intensa vida, desde as questões de saneamento básico, até a falta de emprego, onde a Associação do Moradores é o órgão que recebe todas as pressões possíveis. A Cidade é assim, e será isso por muitos e muitos anos, onde os que trabalham tornam-se figuras conhecidas. Isso feito, é mister se registrar que, no último dia 22, lágrimas rolaram por muitas faces, com o falecimento de Maria Juceni Santos da Costa, uma figura simples, como simples foram suas palavras de conforto aos que necessitavam. Perdeu o bairro, ficou uma lacuna, uma tristeza imensa... perdemos, particularmente, uma companheira de lutas e favor de melhores dias.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado um voto de pesar para Ilustríssima Dulce Santos da Costa, à Rua Barão do Amazonas, s/nº - Serraria do Rocha - CEP: 83.221-130, Paranaguá-PR, e extensivo a todos os familiares pelo falecimento da Senhora Maria Juceni Santos da Costa, ocorrido no dia 22 de novembro do corrente ano.

REQUERIMENTO Nº 4626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Olívia de Mattos Roubé, ocorrido em Ponta Grossa, dia 23 próximo passado.

Pessoa de grande estima, caridosa, que com certeza muitos sentirão sua falta.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja da ciência, à Família enlutada, sito à Rua Baltazar Lisboa - 215 - Ronda, na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 4627

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Josmar de Gois Obinger, ocorrido em Ponta Grossa, dia 23 próximo passado.

O extinto era uma pessoa amiga e estimada, deixando com seu passamento, amigos e parentes sentindo sua falta.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, à Família enlutada, sito à Rua Alberto Patier, 30, Bacacheri, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 702/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 8358, de 05 de setembro de 1986.

Art. 2º - Os responsáveis pelo processamento de qualquer modalidade de Licitação, de valor a que se refere o art. 23, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, relativo à execução de obras e prestação de serviços, serviços técnicos profissionais especializados, fornecimento de materiais ou mão-de-obra, compras, alienação de bens ou concessão de serviços públicos da Administração Direta, Indireta, Autárquica, ou vinculadas, ficam obrigados a remeter à Assembléia Legislativa, cópia integral e autêntica de todas as peças que compõem uma licitação, desde a abertura do processo administrativo, indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio, edital, ata ou termo de minuta do contrato a ser assinado.

§ 1º - Ficam também obrigados a reme-

ter ao final do pagamento de licitação, comprovantes do Custo Final de Contratação.

§ 2º - A remessa das cópias integrais e autênticas das peças apontadas no art. 2º, § 1º, deverá ser feita no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da homologação da licitação.

Art. 3º - Os documentos encaminhados à Assembléia Legislativa, nos termos do art. 2º e seu § 1º, serão encaminhados à Comissão Permanente de Fiscalização, e deverão ficar à disposição de qualquer Deputado Estadual que deseje consultar.

Art. 4º - A Assembléia Legislativa deverá adequar a Comissão Permanente de Fiscalização, tanto de material quanto em pessoal para o cumprimento desta lei, utilizando-se para isso de verbas orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

Apoiamento: Valderi Mendes Vilela, Ademar Traiano, Emilia Belinati, Paulo Maia e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 8177, de 1º de março de 1991, no art. 3º, inciso III, extinguiu, a partir de 1º de fevereiro de 1991, o índice de indexação "Maior Valor de Referência" - MVR.

Este índice é o utilizado pela Lei nº 8358 de 05 de setembro de 1986, e indexa o valor dos procedimentos licitatórios que deverão ser submetidos para a Assembléia Legislativa, ao valor igual ou superior a mil vezes o Maior Valor de Referência.

O valor do mês de fevereiro de 1991, ficou congelado em CR\$ 2.266,17 (Brasil) e CR\$ 2.107,02 (Paraná). Conseqüentemente, de acordo com a citada Lei, atualmente as licitações realizadas pela Administração Direta, Indireta, Autárquica ou vinculadas, cujo valor é igual ou superior a CR\$ 2.107,02, ficam obrigados a remetê-las a partir deste valor.

Ocorre que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que os valores para a realização de todas as modalidades licitatórias sejam fixadas através de Portaria Federal (em anexo), a qual é atualizada trimestralmente.

Face à realidade, diversos órgãos solicitaram consultas à Assembléia Legislativa, com dúvidas sobre qual o valor a ser adotado, dada a defasagem de valor escolhido pela Lei nº 8358, de 05 de setembro de 1986 (CR\$ 2.107,02) e, por força da Portaria Federal nº 3.115, de 11.11.93,

Curitiba, quinta, em 25.11.93

hoje dispensar licitação cujos valores limites para obras e outros serviços atinjam o montante de até CR\$ 215.812,90, como deveriam proceder.

Diante de tal impasse, sentiu-se a necessidade de substituição do índice "MVR" por outro, e após um minucioso estudo, observou-se que os valores indicados na Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 23, seriam os mais adequados.

Além deste aspecto, merecem atenção, a alteração dos artigos 2º e 3º da Lei nº 8358 de 1986, no que diz respeito à Comissão competente para o envio das peças que compõem o procedimento licitatório, visto que após a leitura dos mesmos verificamos que a Comissão competente para tal é a de Finanças e Orçamento. No entanto, em conformidade com o dispositivo 76 da atual Constituição Estadual, a Comissão competente para receber as peças das modalidades licitatórias é a Comissão Permanente de Fiscalização.

PROJETO DE LEI Nº 703/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância" - Criança Feliz - com sede e foro no Município de Palmital - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação do Prefeito Municipal de Palmital - Paraná, Senhor Clério Benildo Back e da Senhora Marnilse Fermino Back, presidente da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância "Criança Feliz" - APMI de Palmital - Paraná, apresento projeto de lei reconhecendo de Utilidade Pública Estadual a referida entidade.

Trata-se de entidade séria, que tem desenvolvido um excelente trabalho em prol das crianças do Município conforme consta em relatório anexo.

De acordo com o artigo 11, parágrafo único do Estatuto Social, a entidade não remunera os integrantes da diretoria em qualquer hipótese.

O presente projeto, visa conceder a entidade o direito de estender melhor o atendimento aos necessitados.

PROJETO DE LEI Nº 704/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade

Pública Estadual a "Associação de Moradores Moradias Flamboyant", com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação formulada pela presidente da Associação de Moradores Moradias Flamboyant, senhorita Maria Rosa da Cunha, cuja postura administrativa, tem demonstrado sua competência e seriedade à frente da presidência da Instituição, e que endossa portanto, o pedido de declaração de Utilidade Pública da Entidade. Encaminha-se, então, o respectivo projeto de lei.

A instituição em pauta, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social, contribuindo desta forma, para a melhoria da qualidade de vida da população assistida. A Entidade, desenvolve suas atividades, através de voluntários, de seus diretores e conselheiros, que não recebem nenhum tipo de remuneração, gratificação ou bonificação, sobre nenhuma forma ou pretexto, em atendimento ao disposto no artigo 46, de seus Estatutos.

Isto posto, e considerando as características e postura, requer-se então a declaração de Utilidade Pública para a Entidade em epígrafe, uma vez que a referida Instituição encontra-se de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei nº 6.994 de 10.01.78 e de conformidade com a documentação apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Senhor Deputado Djalma de Almeida César.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No início desta semana estivemos em São Paulo por delegação do nosso Presidente, Deputado Orlando Pessuti, representando esta Casa em mais uma reunião da UPI, União Parlamentar Interestadual. Estavam presentes também o Governador paulista Fleury Filho e quinze presidentes de Assembleias Legislativas, membros da imprensa e outras pessoas convidadas.

Entre outros assuntos, nesta ocasião, se debateu principalmente aspectos da revisão constitucional. Dois representantes do Instituto Liberal de São Paulo, presentes na oportunidade, usaram da palavra pa-

ra apresentar sugestões para a revisão constitucional, a nível federal, é claro; bem como discorreram sobre uma proposta, deste Instituto, denominada "Brasil, Nação", projeto este oferecendo alternativas para se tentar melhorar as condições de vida da nossa população.

Vários Parlamentares estaduais se manifestaram. Em linhas gerais os assuntos mais ventilados, mais destacados, foram: o estabelecimento de novas bases tributárias para o País, a descentralização dos serviços públicos, ficando à União a responsabilidade da prestação dos serviços essenciais, cabendo aos Estados e aos municípios apenas o gerenciamento das atividades voltadas sobretudo para o saneamento, a educação e a saúde.

Quanto à competência legislativa da União, restaria a esta apenas as matérias relativas ao grande interesse, ao grande consenso nacional. O restante das ações, hoje nas mãos da União, passaria de forma descentralizada para o âmbito dos Estados, dos municípios e o Distrito Federal.

No campo das relações do trabalho, muita coisa foi falada, principalmente quando há uma forte garantia contra despedidas arbitrárias e sem justa causa.

A redução das siglas partidárias foi outra proposta muito discutida. Sugeriu-se que apenas partidos com 5% dos votos válidos obtidos numa eleição a nível nacional é que deveriam sobreviver.

A implantação do voto distrital, a imunidade parlamentar referente a crimes comuns, a diminuição do número de Deputados Federais e Senadores, todos esses assuntos foram questionados de forma ampla, inclusive matérias referentes ao controle externo do Poder Judiciário. Há legitimidade do Congresso atual para a execução da revisão constitucional, principalmente tendo em vista o que vem acontecendo com a instalação e funcionamento da CPI do orçamento.

Finalizando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós queremos comunicar a esta Casa que o ponto e a posição mais consensual estabelecida pelos Deputados estaduais de vários Estados da Federação, presentes nessa reunião em São Paulo, foi efetivamente o fato de que as Assembleias Legislativas não devem se omitir do processo da revisão constitucional federal, pois cabe aos Senhores Deputados Federais discutir e votar as matérias de emendas à Constituição Federal, mas queremos lembrar aqui neste momento, que o oferecimento de propostas constitucionais, é da responsabilidade da grande Nação brasileira, de toda a sociedade, organizada ou não. Assim, através da Presidência desta Casa ou mesmo, por meio de contatos diretos com nossos Parlamentares em Brasília, nós po-

deremos fazer e encaminhar propostas às mãos do relator da revisão constitucional. O requerimento interno da revisão constitucional, já está em vigor e ele prevê apenas 15 dias para apresentação de emendas à Constituição.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o tempo urge e todos nós temos compromissos com a história deste grande Brasil, desta grande pátria brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados quero aqui expor sobre uma ação que foi movida contra o IPARDES por uma cidadã curitibana.

Carmem Regina Ribeiro foi admitida no IPARDES no dia 04.08.75 e demitida no dia 03.08.77 por motivos políticos. Na época, Carmem Regina pleiteou o retorno ao IPARDES, alegando que a sua demissão tinha sido política. Na época que eu digo, é logo após a anistia. Ela pedia a readmissão com todos os direitos. O Governo do Estado, através do IPARDES, negou esta readmissão. O IPARDES não aceitou, alegando que a demissão não foi por motivos políticos e foi sem justa causa. Naquele momento, devido ao período logo após a ditadura, não havia maneira de obter provas de que a demissão tinha sido política. Com a abertura dos arquivos do DOPS, a Revista Veja Paraná, trouxe no dia 03.05.92.

Esta matéria era justamente sobre os perseguidos políticos do Estado do Paraná. A partir desse momento, novamente Carmem Regina Ribeiro entra na justiça solicitando a sua reintegração ao IPARDES, porque aí sim existia provas de que a demissão tinha sido por razões políticas.

Foi alegação na época pelo IPARDES que a demissão já havia prescrito o tempo de reintegração. O juiz não considerou argumentação do IPARDES, alegando que a prescrição passaria a contar a partir da data da abertura dos arquivos do DOPS e da matéria publicada na Revista Veja. E assim, dava entrada nesse processo. Eu passo a ler trechos da sentença exaurida pelo Senhor Juiz.

Diz ele, quando se refere a matéria da Revista Veja:

(Lê)

"Em tal reportagem constam documentos obtidos com a abertura dos arquivos do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), órgão ligado ao proscrito SNI (Serviço Nacional de Informações) e consultas em documentos obtidos em Órgão Público, onde figura a transcrição com foto de uma carta assinada pelo então Secretário do

Planejamento Belmiro Valverde Jobim Castor, dando conta do afastamento dos "demais funcionários citados" do IPARDES, por processo de demissão para evitar "a subversão" dentro daquele Órgão Público".

Tudo se encaixa como num quebra-cabeças.

A autora estava fichada no SNI e no DOPS como ligada a movimentos subversivos, juntamente com o hoje seu marido Dr. Cláudio Antônio Ribeiro tendo, inclusive respondido a processo crime na Justiça Militar, obtendo sentença absolutória, após ter passado um tempo como "foragida" onde na segunda página do documento consta a seguinte anotação: "13.02.78 - Conf. Estado de São Paulo de 24/11/77, o fichado foi denunciado por Silvio Frota, acusado de subversão - é funcionário do IPARDES - é militante da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil - ...".

Ou seja, a autora estava na "lista negra" do General Frota, e foi despedida do IPARDES para agradar o Governo Federal, de quem o Estado dependia mais que nunca, inclusive para nomeações de políticos e dirigentes de órgãos estatais como a ré.

O próprio ex-Secretário Jobim Castor admitiu seu comprometimento com os órgãos da ditadura na reportagem da Veja argumentando que "Naquela época não havia como fugir".

No mais, os demais documentos juntados aos autos e o depoimento da testemunha ouvida apontam na mesma direção - a despedida por motivos políticos - e não um mero despedimento sem justa causa como querem fazer crer a ré e o assistente."

Nesta parte do parecer dado pelo Senhor Juiz, demonstra claramente, que na década de 70, o Governo do Estado do Paraná demitia funcionários públicos a pedido do Sistema Nacional de Informação, a pedido do General Frota, que naquela época divulgou uma lista dizendo que existiam subversivos no serviço público.

Foi necessária a abertura dos arquivos do DOPS, para mostrar que naquele momento houve perseguição política de servidores públicos, por parte do Governo de então.

Continua, ainda, o Senhor Juiz.

(Lê)

"Por derradeiro, ressalta-se que a anistia ora reconhecida com os efeitos dela decorrentes é para que seja pago um débito junto à reclamante, não só do IPARDES mas, também de toda a sociedade, que assistiu em grande parte silente aos mandos e desmandos da Ditadura, ficando inerte diante dos perseguidos, injustiçados, e maltratados como a autora.

O curioso é que na extensa ficha do DOPS de fl. 83, não há um só fato que possa ser tido como criminoso, e o que chega mais perto disso é a participação da auto-

ra em movimentos políticos de entidades proscritas, sem qualquer indício de violência ou ameaça à segurança nacional.

Dói mais, quando se verifica que até bilhetes de amor do namorado (hoje marido) eram tomados como atos relevantes, a ponto de integrarem o "precioso" arquivo dos órgãos de informação (vide última pág. do documento de fl. 83).

Além da ainda que parcial reparação à professora Carmem (codinome Vera para os órgãos de informação), fica a lembrança de um tempo em que o Estado de Direito e a liberdade de expressão eram aspirações neste País, e a responsabilidade dos Poderes Instituídos, inclusive o judiciário, de zelar para que episódios como o analisado nestes autos não mais se repitam, o que pode ser evitado com a aplicação responsável, imparcial, corajosa e correta da lei, esta sempre uma aspiração para os julgadores deste caso.

Assim, após quase 20 anos é reintegrada Carmem Regina Ribeiro nos quadros do serviço público do Estado do Paraná. Esta cidadã, militante dos movimentos populares e sociais, defensora da anistia ampla e irrestrita, militante em defesa de democracia e contra a ditadura, desde 77 esperava ver reparada a injustiça cometida pelo Governante de então, que demitiu-a do serviço. E a partir daí, Carmem Regina teve grande dificuldade econômica, porque não conseguia emprego, uma vez que era perseguida política dos órgãos de segurança do Governo Federal e do Governo Estadual.

Diz ainda, o Senhor Juiz: "Condenar a reclamada a readmitir a reclamante no emprego, assegurando-lhe todas as vantagens e promoções do período de afastamento, com o cômputo deste tempo como de efetivo serviço (de 03.08.77 a 04.10.88) e pagar-lhes os salários desde 05.10.88 até o retorno das atividades, com reflexos em férias (mais um terço) e décimos terceiros".

A justiça fez-se. Certo que tarde, mas desta vez, felizmente, ela não tardou e não cometeu o erro de condenar novamente Carmem Regina a ficar sem receber seus direitos.

Assim, nós do PT, defendemos que todos aqueles que sentiram seus direitos, durante o período ditatorial lesados, e não obtiveram seus direitos com a anistia, que entrem na justiça, porque o crime que se diz que tinha sido cometido não foi cometido. E o período de prescrição, de acordo com o voto exarado pelos Senhores Juizes, passa a contar a partir do momento que tem conhecimento da prova e não do momento da data da anistia, que foi o caso de Carmem Regina Ribeiro, reintegrada ao IPARDES, após longos anos de luta pela conquista

dos direitos de todos os cidadãos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, a palavra com o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho hoje, Senhor Presidente, falar ao PT, ao PT de barba e ao PT sem barba; ao PT de barba branca e ao PT de barba preta; ao PT de barba curta e ao PT de barba comprida; ao PT da nutrição e ao PT da articulação; ao PT que não combate, mas injúria, difama e calúnia; ao PT dos jatinhos das empreiteiras; ao PT dos fariseus, que devia vexar-se por certas posições assumidas que alardeia em defesa dos trabalhadores, que não fizeram tão mal como agora, quando o PT, com seus sindicatos ideológicos e anacrônicos, faz do trabalhador cada vez mais um caldatário do processo econômico.

Inegavelmente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estamos assistindo nesta Casa a uma ampla campanha contra a pessoa do Governador do Estado do Paraná, campanha esta que visa desestabilizar o seu conceito perante a opinião pública. Até certo ponto entendemos que certos Parlamentares, até a presente data, não conseguiram encontrar o caminho que justifica os seus mandatos, a não ser o malho direto em quem manda.

Percebemos também uma enorme quantidade de pedido de informações, que após obtidas as respostas, vão morrer no fundo das gavetas dos seus gabinetes, ou são enviadas aos diretórios de seus respectivos Partidos para consubstanciarem material de propaganda para as próximas eleições.

Vemos demagogicamente insultarem Parlamentares pelo ganho financeiro auferido, quando seus próprios partidários os recebem sem qualquer ressalva, como sempre fizeram nesta Casa e em Brasília.

Com tudo isso, o despreparo aflora, e se reveste de "patriotismo" em movimento pró-trabalhador desempregado, em paladinos dos pseudos sem terras; e tudo caminha em nome da alegria, do companheirismo, da democracia participativa, etc...

Pois bem, Senhores Deputados, como conviver com uma oposição deste quilate, Como rebatermos pessoas que são meros oradores das opiniões de seus patrões. Eis uma questão que procuramos analisar com cuidado, pois entre as oposições, encontramos probos e bem intencionados muitas das vezes, embarcados em viaturas pouco adequadas em suas causas. Não, pelo contrário, acreditamos que apesar de probos e bem intencionados se deixam levar ao sabor dos ventos por ser esta uma oposição mais

Mas, nem tanto a Deus, nem tanto ao Diabo.

Mas onde pretendem chegar? Muitos adquirem tal postura aqui, nesta Casa, perante jornalistas, mas procuram, nas vias informais, o abrigo do poder ao atendimento das suas necessidades políticas. Não são posições, não são oposições, não são opositores. São oportunistas na verdadeira acepção da palavra.

No mundo tenho visto atitude semelhante, mas, grandes oposições já passaram e algumas se fizeram presentes nesta Casa. Lembramos de Luiz Alberto Martins de Oliveira, Antônio Belinati, Airton Cordeiro; temos presente hoje ainda aqui o grande Colombino Grassano, um homem que faz política com ética, com inteligência, com coragem e com decência. Temos ainda com assento nesta Casa, o grande sábio Erondy Silvério, até hoje presente nesta Casa e, em homéricos debates políticos, em apartes que chegavam a desnortear grandes tribunos como Nilso Squarezi, Trajano Bastos, Nelson Friedrich, Tolentino e tantos outros.

E hoje, o que temos? O que temos como oposição? O PT, somente com os achincalhes e denúncias vazias. De um PT que, após a subida do contrterrâneo, do correligionário Pedro Tonelli a Brasília, redonda apenas numa oposição em requerimentos vazios e denúncias, cujo objetivo é manter o nome pessoal e do Partido dentro da mídia escrita e eletrônica. Não cumprem acordo de liderança, não respeitam as figuras ilustres que são agraciadas pelo reconhecimento da benemerência de suas vidas pelos demais pares desta Casa.

Enfim, são os "vestais do interesse público, os paladinos da denúncia e da honestidade nacional". Sem entretanto, conseguirem esconder, que o seu Presidente Nacional, mesmo sem mandato, mesmo sem emprego, consegue manter uma vida de fausto e extravagância. Pergunta-se agora: quem será o PC de Lula?

O Sr. Doutor Rosinha - Não é Ibsen Pinheiro, não.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Vossa Excelência quer aparte?

Sr. Doutor Rosinha - Quero. Como tenho pena de Vossa Excelência fazendo um discurso tão pobre e lido, porque não teve nem capacidade de escrevê-lo.

Que pena que tenho de Vossa Excelência!

O SR. OSWALDO TREVISAN - Esse é o aparte de Vossa Excelência, Deputado?

Mas que vexame! Esperava que Vossa Excelência fosse pedir um aparte para con-

Curitiba, quinta, em 25.11.93

testar.

Então, mais por isto me dá a razão, mostra que realmente o PT não tem competência para me contestar em aparte.

Agora, o que estou falando aqui, fiz com minha própria letra. Apenas fiz um rascunho...

O Sr. Doutor Rosinha - Não foi o Genebaldo que mandou escrito, não? Não foi o Ibsen Pinheiro?!

O SR. OSWALDO TREVISAN - Esperava que viesse um aparte que trouxesse alguma coisa.

Mas como também noto que nenhum dos Senhores Deputados do PT querem me apartear, e o aparte dado esperava que fosse inteligente.

Devo dizer, Senhor Presidente, que o Governo que representamos nesta Casa, nada tem a esconder, está aberto a toda a opinião pública, é um Governo que mostra as suas contas, a sua administração. Agora, não concordamos com a maneira carnavalesca com que as coisas são feitas nesta Casa.

Que se encaminhe de maneira correta, e o Governo estará aberto a todas as informações!

E quero repetir: nesta Casa ninguém fala impunemente contra o Governo que nós e nossa Bancada representamos nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Realmente esperava-se um discurso melhor do ilustre vice-Líder da Bancada do PMDB, que poderia pelo menos ter alinhavado algo mais digno e não uma cópia mal feita das desculpas esfarrapadas do discurso malufista que, procurando jogar fumaça sobre as denúncias da "Pau Brasil", desviar a atenção do seu correligionário João Alves. Parece-me que o Deputado provisório, cuja presença nesta Casa se deve exclusivamente à vontade do Governador do Estado, alinhavou aqui. É um discurso digno dos "Genebaldos Correias" da vida, dos "Ibens Pinheiros". E tomamos isto como um ato de desespero.

Agora, é fundamental que tenhamos a exata dimensão das críticas que o Partido dos Trabalhadores desfere desde o início da nossa Legislatura contra o Governo Roberto Requião! É um Governo de fachada! É um Governo de discurso! É um Governo que se dá ao luxo de passar doze dias com uma comitiva, passeando pela Europa! Enquanto isto, no nosso Estado, um milhão e setecentos mil paranaenses padecem de fome! É

um Governo que se dá ao luxo de apresentar um pretensioso projeto para o Brasil, mas que não tem sequer um projeto para o Paraná!

Que projeto tem este Estado, que tem um milhão e setecentos mil paranaenses passando fome e não tem uma política de desenvolvimento econômico social? Que desmantelou os nossos órgãos de pesquisa? Que destruiu o nosso Banco de Fomento, que este Estado tinha? Todos os instrumentos de promoção deste Estado estão destruídos!

Que projeto para este Estado tem este Governo?

É isto que gostaríamos de saber: qual é a política industrial? Qual é a política para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia? Qual é a política - de fato - para a agricultura?

Esse projeto aí, cópia mal feita do programa de Governo do Lula em 89, que é a equivalência em produtos, que hoje está servindo apenas para atender os interesses das agro-indústrias deste Estado, que não tem mais do que 10 mil pequenos agricultores; ou de um programa chamado "Bom Emprego", que não passa de um programa de estímulos fiscais, pequeno, reduzido tamanho e exatamente pela mesma dimensão da mediocridade deste Governo que se instalou no Paraná e que faz uma cópia mal feita do discurso de esquerda, mas que é sustentado pelas forças de direita.

Este Governo, cuja grande obra até agora foi manietar, foi calar a boca da imprensa com verbas públicas. Este Governo que agora vem privatizar a nossa Companhia Elétrica do Paraná e ao mesmo tempo se dá ao luxo de ficar criticando programas neoliberais. Este Governo que cai no discurso das empreiteiras para vender ações da COPEL para terminar obras do Governo Federal, como pontes de Guaíra, como duplicação de estradas, até mesmo ferrovias que já nasceram mortas pela hidrovía que os paulistas fizeram.

Que Governo é este que abre mão da rota do gasoduto, que seria o grande impulso ao desenvolvimento industrial deste Estado no futuro, e que não defende com a garra necessária os interesses do Paraná, mas fica fazendo discurso da boca para fora?

Como não poderíamos deixar de criticar um Governo que sequer tem a coragem...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência passa a falar nos três minutos restantes da Liderança do PT.

O SR. ERNANI PUDELL - Que Governo que não tem a coragem de abrir a lista das entidades assistenciais do Paraná?

Que Governo é este que seduz Deputados com Kombi's? Que Governo é este? Ou melhor, que Parlamento é este que jamais te-

ve a ousadia de se contrapor ou de se impor como Poder neste Estado? Que Poder é este, Senhores Deputados?

Esta é a pergunta que a Bancada do Partido dos Trabalhadores deixa. Não temos a pretensão de sermos os donos da verdade. Não somos, não temos a pretensão de ser um Partido de santos, mas respeitem a história deste Partido, respeitem a coerência deste Partido. Isto ninguém pode nos tirar. Ninguém. Já pagamos e pagaremos um alto preço pelas nossas posições de independência e de coerência, mas não aceitamos ser jogados na vala comum dos "Genebaldos", dos "Joões Alves", dos malucos da vida.

Isto não, porque o nosso Partido tem história e merece respeito por esta história. Podem não concordar com o PT, mas respeitem a posição deste que é um Partido digno, construído pela força do povo trabalhador deste Estado e deste País, e que temos muito orgulho de pertencer a ele.

Muito obrigado pela sua atenção e dos Senhores Deputados.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Permite-me um aparte, nobre Deputado.

O SR. ERNANI PUDELL - Meu tempo acabou, infelizmente. E depois, Vossa Excelência já desfiou um rosário de um discurso que parecia mais a própria descrição de um laranjal...

(Vozes paralelas)

O SR. OSWALDO TREVISAN - Vou ter que, num outro discurso, depois, responder.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Alceu Swarowski e esta Presidência registram a presença do Vereador João Maria da Rocha, de Agudos do Sul; e a presença do líder comunitário de Piên, Moacir Gonçalves.

Esta Presidência, antes de passar a palavra ao próximo orador, dá ciência ao Plenário, do seguinte calendário, com referência a tramitação do Orçamento na Assembleia Legislativa.

Hoje, 25 de novembro: prazo final para entrega das emendas.

Dia 03 de dezembro: prazo final para classificação de emendas.

Dia 06 de dezembro: prazo final para publicação das emendas.

Dia 09 de dezembro: prazo final para parecer do relator na Comissão de Orçamento.

Dias 13, 14, 16: discussão e aprovação em Plenário.

Dado que teremos três votações, por certo haveremos de ter um substitutivo da Comissão do Orçamento.

E no dia 17 de dezembro, se este for o entendimento das lideranças também, uma sexta-feira: redação final do projeto do orçamento e, conseqüentemente, esperamos também neste dia, concluir os trabalhos da Assembléia Legislativa.

Posteriormente daremos ciência destes prazos às lideranças partidárias, para que fique devidamente registrado.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Venho em paz! Cheguei à conclusão, ao ver a Ordem do Dia de hoje, uma série de vetos que naturalmente vão ser derrubados, que todos eles são autorizatórios, mas são considerados inconstitucionais, mas sempre debati que o Governo poderia acatá-los como idéias, para possíveis conclusões, para possíveis análises.

Tanto é que chego à conclusão de que não vale a pena você elaborar projetos, podem até ser aprovados em Plenário e quando ultrapassam as paredes de concreto deste Parlamento, não encontram o eco necessário, a análise necessária, que o projeto é um grito de alerta, é uma forma de oferecer subsídios para que algo seja plantado, edificado neste, ou nos futuros governos que haverão de vir.

Hoje estou dando entrada num requerimento propondo uma idéia ao Sr. Governador Roberto Requião, que se contrua na minha Londrina, na minha Curitiba, na minha Maringá, Cascavel, terra do querido Ernani, em todos os municípios do Paraná, a Delegacia de Amparo ao Idoso. Uma delegacia que só existe em uma parte do Brasil, em São Paulo e em algumas cidades do interior do Estado de São Paulo. O sonho fantástico elaborado, discutido por gente séria, por gente que não é gigolô do dinheiro público, por gente que tem idéias, por gente que tem é um cavalo para trabalhar, por gente que tem vontade política.

No Estado de São Paulo existe o SOS Idoso e, ao lado, existe a Delegacia de Amparo ao Idoso, com as psicólogas, assistentes sociais, advogados, escrivães e os próprios delegados de polícia. Para evitar o quê, Deputado Paulo Maia, para evitar que o idoso seja respeitado nos seus direitos constitucionais, não seja rasgado e violentado pelos filhos, porque tenho apresentado, através do meu programa, uma série de dramas e de comédias que envolve o idoso, às vezes abandonado, às vezes violentado nos seus direitos e não tem a quem recorrer, Deputada Emilia, não tem a quem recorrer, Deputado Zuk. Não tem. Não existe. Vai numa Delegacia e por ser idoso, ele é maltratado, não adianta dizer. Quantos em Londrina, quantos em Curitiba,

quantos no Paraná, no Brasil inteiro, são abandonados pelos próprios filhos. Isso me causa uma tristeza, me causa uma preocupação com a minha velhice em saber que não sei como será o meu dia de amanhã, se os meus filhos vão me colocar num asilo, vão violentar os meus direitos. Nós que criamos os nossos filhos com amor, choramos, às vezes, até lágrimas de sangue, como já chorei, e que às vezes choro. Você cria os filhos, você cria os netos, você dá a sua vida e de repente, eles nos abandonam num asilo, Deputado João Iensen. Eles nos abandonam. Eles nos jogam. Quantos que espancam os pais, quantos que espancam as mães e não existe. Só em São Paulo existe o SOS Idoso, existe a Delegacia de Amparo ao Idoso. Lá, o idoso chega e o que é que acontece? Ele é recebido com carinho, com amor, é recebido dentro dos seus direitos constitucionais e estou dando hoje através de um requerimento, que sei que se apresentar um projeto, ele passa, mas será vetado porque não existem recursos para implantar esta obra na sua cidade, meu querido Deputado de Rolândia, meu querido Eurides.

Sei que V. Exa. tem essa idéia. O Senhor não gostaria de, como Prefeito, inaugurar na sua Cidade, o SOS Idoso, a Delegacia de Amparo ao Idoso. Quantos? O Severino não gostaria de fazer isso em Assaí? O Deputado Paulo Maia, quando assumir à Prefeitura de Ivaiporã também terá esse sonho. Quantos aqui? O Deputado Orlando Pessuti, porque a guerra vai ser grande em Ivaiporã, de um lado o Pessuti, de outro o Paulo Maia. O Deputado Alceu Swarowski também tem esse sonho.

Então, estou apresentando hoje, Senhores desse Parlamento, uma idéia para que se crie no Paraná, a Delegacia de Amparo ao Idoso, o SOS ao idoso para amparar os nossos pais, para amparar a mãe negra, para amparar a mãe branca que é violentada, rasgada, esquartejada nos seus direitos constitucionais. E vou mais além. Quero hoje, pai, banizar o Prefeito Rafael Greca. O Deputado Rosinha apresentou um projeto e tenho o meu. Eu nem trouxe para cá. Falei: se o do Rosinha passar e não for vetado, vou entrar nos mesmos trâmites. O meu é a Casa de Amparo à mulher. O do Rosinha é a Casa do Abrigo à mulher violentada nos seus direitos. Comentei muito sobre esse projeto através do meu programa que hoje é em rede nacional e tenho recebido telefonemas de todo Brasil, a Lúcia tem recebido nesse Parlamento, querendo ver que tipo de projeto é esse, a Casa do Abrigo, porque é inédito. Foi lançado nesse Parlamento pelo brilhante Deputado Dr. Rosinha, a Casa de Amparo à Mulher. Quem elaborou esse projeto foi o Dr. Roberto Coutinho Mendes. Ele me deu os dados, fizemos um projeto sério

para que fosse instalado em Rolândia, em Assaí, em todos os municípios do Paraná. Quanto a mulher for violentada nos seus direitos, até que ela aguarde os trâmites legais na Justiça, ela tenha o amparo desta Casa de Amparo, ela tenha o amparo neste Abrigo, até que a justiça solucione o seu problema, a forma de violência, para que ela não seja assassinada, como esse crime hediondo que aconteceu na Capital do Paraná, em que o cidadão a semana passada, - eu mostrei, a crônica policial do Paraná inteiro mostrou, todos os jornais, - o cidadão chegou em casa e disse à esposa: eu tenho uma amante, e te amo, mas quero a partir de hoje morar com a amante e com você, a esposa falou não posso, você me deu dois filhos, eu sou sua esposa, eu não posso conceber que você me obrigue a viver no mesmo teto da sua amante.

Se ela tivesse a Casa do Amparo, o Abrigo à Mulher ela teria procurado guarida e não teria acontecido o que aconteceu. Aí quando ele chegou à tarde perguntou você decidiu? Eu mostrei na televisão para o Brasil inteiro ver, mostrei ele, mostrei ela. Ele disse para ela, como é, você é minha esposa, ela é minha amante, você vai dormir comigo ela também na mesma cama. Ela falou não. Ele pegou o revólver, deu três tiros na cabeça dela e depois deu um tiro na sua cabeça.

Pasmem os senhores, são formas de violência que mexe com o alicerce da família brasileira, da família que tem Cristo, que tem Deus no seu coração.

Para complementar, pedindo que se construa a Casa de Amparo à Mulher no Paraná, pedindo que se construa, Deputado Orlando Pessuti, o Senhor haverá de concordar comigo, o Senhor mesmo disse outro dia que eu tinha grandes idéias, para o nosso Paraná, como V. Exa., também tem.

Veja bem, não posso entender, como é que o Governo do Paraná, sem ofensas, vim aqui em paz, mas quero desabafar, como é que pode o Governo não construir esta Casa de amparo ou a Casa de Abrigo, que pediu o Dr. Rosinha, se senhores, o Prefeito Rafael Greca construiu a Pousada da Maria.

A Pousada de Maria, é uma Pousada para a mulher que for violentada nos seus direitos. Ela vai a Delegacia da Mulher, ela faz a queixa, enquanto ela aguarda os trâmites legais do poder, do inquérito, da justiça, ela é amparada na Pousada de Maria, nome sublime, que teve esta cabeça que é o Prefeito Rafael Greca.

Se Rafael construiu, porque que o Governador do meu Estado não poderia construir em todos os municípios do Paraná uma Pousada para a Maria Negra, uma para a Maria Branca, uma para a Maria de qualquer cor, de qualquer credo, de qualquer raça. Por que, meu Deus? Por que nós temos em

Brasília uma quadrilha de assassinos, de canalhas, violentando, roubando, tirando o dinheiro da Pousada de Maria Negra, a Pousada de Maria Branca, de uma creche de um deficiente físico, esquitejaram o direito do aposentado pagar melhor o seu medicamento, roubaram, roubaram, assassinaram a dignidade da Constituição Brasileira, assaltaram, violentaram, rasgaram a Bandeira Brasileira, violentaram e esquitejaram o Hino Nacional Brasileiro, uma quadrilha disfarçada de políticos, que pegou para si aquilo que deveria ser aplicado nos mananciais, como defende o Deputado Neivo Beraldin, na área de segurança, na área da educação, na geração de empregos, construindo indústrias, como Londrina precisa, de uma cidade industrial. Tanto é que entrei com uma emenda e peço a Deus que passe, gerando recursos à minha Cidade, para que ela não se transforme numa cidade dormitório, para que ela gere, gere empregos, gere indústrias como a tua Rolândia gera, como Arapongas do Deputado Colombino gera. Nós queremos gerar empregos. E eles nos roubaram estes direitos! Eles! Esta quadrilha mercantilista, assassina que está em Brasília.

Os Senhores ouviram agora há pouco o depoimento de mais um "anão", eu tive vergonha de olhar para a televisão, Deputado Neivo, de ver o vagabundo, o canalha, travestido de Deputado Federal, e que enganou, violentou o título de eleitor, que é a arma mais sagrada para que este País caminhe de encontro ao seu grande futuro.

Agora, vejam bem, Senhores, fala-se em casa de abrigo, caso de amparo, pedi, descobri que existe na Polícia Civil, Deputado Neivo, 150 detetives, escrivães, que são bacharelados em direito. E nós, aqui, com um Projeto criando 150 cargos de delegados "calça curta". Meu Deus! Meu Pai! Ô Senhor! Estou pedindo, aqui, para que abra um concurso para que estes bacharelados prestem concurso, entrem, sejam delegados e venham a servir os municípios do meu Estado do Paraná.

Eu gostaria de ver um projeto criando 150 cargos de psicólogos, 150 cargos de assistentes sociais.

Deputado Neivo, quantas assistentes sociais são formadas nas universidades de Londrina, de Curitiba, de Ponta Grossa, de Cascavel, e que estão vendendo cachorro quente na esquina, o que não é demérito nenhum, às vezes eu encontro no litoral do Paraná, uma psicóloga vendendo sanduiches, não é demérito nenhum; mas a psicóloga, a assistente social poderiam estar sendo aproveitadas, Deputado Zuk, numa delegacia de Polícia.

Hoje pela manhã foram presos dois traficantes de cocaína, dois, dois! Com a coca, que é o pó da morte, é a rainha branca

do tóxico mundial! Ela é batizada como a rainha soberana. É aquela que leva teu filho para o fundo do poço. Se você não colocar as mãos lá embaixo, você não consegue! Você tem que colocar lá as duas, para trazer de volta o filho e colocá-lo do seu lado e dizer: "filho, eu te amo! Não morra nas mãos destes assassinos".

Hoje eu apresentei, a Tribuna do Paraná, o Correio, a Gazeta, o Estado do Paraná, todos os jornais apresentaram dois traficantes de drogas. E sabe o que eles disseram, Deputado Zuk, que eram viciados! E aquela quantidade enorme de tóxicos. Aquela quantidade! Você via na concaína a vela, o cemitério, quantos jovens que podem ser assassinados, quantas mães chorando lágrimas de sangue, quantas meninas sendo jogadas no prostíbulo, nos motéis da vida, vendendo o corpo, porque quem vende o corpo não tem mais nada prá vender, na vida, vendendo o corpo para pegar o dinheiro para buscar a rainha das drogas. O filho, ele destrói o lar e depois ele vai para as ruas roubar o primeiro toca-fitas. Com o dinheiro do toca-fitas que ele vendeu ao receptor, Senhor deste Parlamento, o dinheiro que ele vendeu para o receptor ele vai entregar para o traficante de drogas.

Eu dizia para o Doutor Paulo de Castro hoje quando ele falava no meu programa em rede Nacional: "Tiramos mais dois assassinos das ruas". Assassinos que matam os nossos filhos, que joga a sua filha na zona do prostíbulo, no prostíbulo mercantilez, que joga o seu filho nesse assalto negro de violência. E eu perguntei ao Doutor Paulo: "O senhor vai prendê-los?" Ele me disse: "Vou autuá-lo no artigo 12, não sei, preciso analisar". É aí que entra Deputado Zuk a psicóloga, a assistente social e o médico contratado pelo Governo; é ali na hora, vai fazer o exame de urina, o exame da saliva, vamos saber se é dependente, se for dependente, nós teríamos que ter no Paraná o Hospital da Vida, construído no campo, pago com o dinheiro desses canalhas de Brasília que foram roubados. Quantos hospitais Zuk, daria para ser construído com o dinheiro desses vagabundos assassinos de Brasília? Quantos hospitais dariam para salvar a menina moça que está sendo esquartejada pelos tentáculos dos traficantes de drogas? Quantos hospitais nós teríamos, Deputado Djalma, o Senhor que foi Secretário de Ação Social, tentou fazer das tripas o coração naquela Secretaria, sempre decente, de caráter, quantos Deputados? Se o senhor tivesse dinheiro na mão eu tenho certeza que Vossa Excelência construiria o hospital da vida no Paraná através da sua Secretaria de Ação Social para salvar os dependentes. Mas eu vejo que tudo isso é um sonho que

passa pela minha cabeça. Delegacia de amparo ao idoso Deputado Zuk, nós não temos no Paraná Deputado uma delegacia. Sabe o que poderia ser feito? Um quartinho, uma sala com advogados, uma delegacia. Veja bem Deputado, entenda pelo amor de Deus, quando uma família pobre vê o filho assassinado numa poça de sangue e sabe que o filho foi assassinado covardemente, sabe que a bala que entrou no corpo do filho foi uma bala assassina. Agora, a mãe fica em casa, corre arruma o caixão, as vezes vem aqui na Assembléia buscar ajuda para o funeral; faz o funeral, chora em cima do caixão, chora, chora. E daí? Enterra, Deputado Zuk, enterra, fica bom, volta embora para casa. Mas meu Deus e o inquérito policial, Deputado Djalma, o pobre tem medo de ir à delegacia, ele passa em frente a delegacia e tem receio de entrar lá dentro, ele não sabe a quem socorrer, ele não sabe a quem gritar: "mataram o meu filho, quem é que vai cuidar? Quem é que vai me orientar? Quem é que vai a delegacia comigo?" Por isso que eu também estou entrando com outro Requerimento dando idéias Deputado Fregoneze que se crie no Paraná a delegacia de amparo às famílias que tenham passado por crimes violentos. O Senhor entendeu o que é um crime violento? A família não tem direito a nada. Ela tem que acompanhar o inquérito. Ela precisa saber. Ela precisa de um advogado. Eles vêm à Assembléia procurar advogado. Vêm aos nossos Gabinetes. Depois nos taxam de demagogos, de assistencialistas. Ora, meu amor, isto é obrigação do Governo, não do Parlamento. O Parlamento está aqui para fiscalizar, para criar leis que vão de encontro aos interesses dos negros, dos brancos, de todas as camadas sociais. Depois nos chamam de paternalistas, assistencialistas. Isto é demagogia. Demagogia, Sr. Deputado Fregoneze, é ocupar canais de televisão e dar o golpe do chute: anunciar aquilo que não existe. Isto para mim é demagogia.

Mas eu vou mais além, quero até encerrar, nós temos uma série de idéias, são coisas que às vezes eu não entendo; o Deputado Nilton Barbosa está pedindo, é a mesma coisa que você mandar um papelzinho e falar assim: Governador, pelo amor de Deus, será que existe possibilidade, pelo amor de Deus, será que existe possibilidade de o senhor estadualizar o trecho rodoviário de Erculândia até o Município de Ivaté. Este é o projeto. Está aqui pedindo pelo amor de Deus. Aqui tem um outro projeto, se os Senhores me permitem, diz o seguinte, do Deputado Dirceu Manfrinato, isenta 50% dos valores de tarifas de água e energia elétrica as entidades filantrópicas e de assistência social que não sejam fantasmas, que não sejam dessa quadrilha organizada que está em Brasília que

rouba o dinheiro da família brasileira. Está sendo vetado. Vetado. Está aqui, é para vetar, acabou, encerrou, não tem papo, não tem colher de chá, acabou, etc. Será que estes projetos não poderiam, Deputado Basílio, será que estes projetos aqui não poderiam, se o Senhor fosse Governador do Estado, se eu mandasse uma idéia destas para o senhor, o senhor não guardaria esta idéia e numa possibilidade, num Orçamento, o Senhor abriria sua gaveta e diria: Olha, o Deputado Dirceu me deu a idéia aqui de isentar 50% os valores das tarifas das verdadeiras entidades filantrópicas. O Senhor não diria isto, meu Líder do PMDB, caro Líder, Deputado Renato Adur? Se o Senhor fosse Governador, Deputado Renato Adur, o Senhor vai concordar comigo, Deputado Renato Adur, não é porque Vossa Excelência é Líder do Governo, é uma idéia, Deputado, se o Senhor fosse Governador, oxalá o senhor não seja, veja bem Deputado, eu mando um projeto a Vossa Excelência: vamos criar a delegacia de amparo ao idoso. O senhor leria o projeto: Puxa, a idéia do Alborghetti é excelente. Vou guardar aqui e uma hora que eu tiver subsídios no Orçamento eu vou colocar em prática. O Senhor não faria isto?

Então, Deputado vamos nos reunir, os 54 Deputados, vamos passar um pano e esquecer partido político? Vamos ao Palácio, entrar lá dentro e conversar com o Governador e dizer para o Governador: Governador Roberto Requião, as idéias que são plantadas no Parlamento, eleito pelo voto popular, são idéias que o Senhor deveria aproveitá-las, amanhã, depois, se não fosse neste Governo seria aproveitado no Governo futuro, seja lá quem for o Governador, seja um Governador do PFL, seja um Governador do PMDB, seja do PT, seja do PDT, seja Jaime, seja Álvaro, seja Ernani, seja Paulo. Meu Deus do Céu, até quando Senhor Jesus Cristo, que nós vamos ficar aqui plantando idéias? E o Governador manda a esta Casa as seguintes palavras-lamento, o projeto é excelente, bonito, cheiroso, mas não existe dinheiro, porque se a gente fizer este projeto, vai faltar dinheiro para outro projeto, vai faltar dinheiro para outras coisas.

Então não dá para entender! Espero. Este ano está terminando, no ano que vem teremos eleições para Presidente da República, para Governador, dois Senadores, um Deputado Federal e um Deputado Estadual. Sabem qual é a melhor arma, Deputado Paulo Maia, Deputado Basílio, orgulho de Nova Esperança, Deputado Orlando Pessuti, Srs. do Parlamento, para que as nossas idéias sejam colocadas em prática? É saber votar! E a arma mais poderosa que existe é o título de eleitor. Com ele você condena. Com ele você absolve. No ano que vem have-

remos de triunfar!
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.

PP.

(Declina)

PL.

(Declina)

PDT.

(Declina)

PSDB.

(Declina)

PTB.

(Declina)

PFL.

(Declina)

Encerrada a Hora do Expediente, passaremos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Antes porém esta Presidência, com base no Artigo 192 do Regimento Interno, abre prazo por três dias consecutivos, a contar de segunda-feira, dia 29, para oferecimento de emendas à Proposição n°s 069/93, de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que acresce ao Artigo 179 da Constituição do Estado dois parágrafos e à Proposição n° 084/93, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 075/93, que acresce parágrafo ao Artigo 27 da Constituição Estadual.

Portanto, são duas propostas de emendas constitucionais e, a partir de segunda-feira, estará aberto o prazo de três dias consecutivos para que possam receber propostas de emendas, a partir do que será procedida a análise e parecer da Comissão Especial de Revisão à Constituição e virá a plenário para ser votada.

Sobre a mesa, Proposta de emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, devidamente apoiada. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do P.D.T., constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Algaci Túlio, licenciado, em todas as Comissões Técnicas para as quais este último fora indicado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti,

constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a inversão da pauta de discussão e votação do dia de hoje. **Aprovado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

30 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há quórum para deliberação e prosseguimento da Sessão.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu acompanhei a contagem feita pelo Sr. 1º Secretário, vinte e seis (26) Srs. Deputados responderam à chamada. Peço que reconfira com o Sr. 1º Secretário da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda nova chamada nominal para dirimir dúvidas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Domingos Carvalho) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Trinta Senhores Deputados responderam à chamada.

Os Senhores Deputados que são favoráveis ao requerimento do Deputado Renato Adur de inversão da pauta, queiram levantar-se.

Os senhores Deputados que são contrários queiram levantar-se

Aprovado por unanimidade.

Diante da aprovação do Plenário, apreciaremos o item 14 da pauta:

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 672/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 084/93, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros reais) ao orçamento do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 162, de 17.11.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Curitiba, quinta, em 25.11.93

PROJETO DE LEI Nº 672/93

PARECER:

A Mensagem em tela, de nº 084/93, oriunda do Poder Executivo Estadual, merece parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, C.C.J..

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 672/93

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 084/93, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros reais) ao orçamento do Estado, conforme especifica.

Na Comissão de Constituição e Justiça, o presente recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o mesmo está elaborado de forma legal, tendo sido previsto, inclusive, a origem do recurso que servirá para cobertura do crédito previsto.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a tramitação e posterior aprovação em Plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 24.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 671/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 085/93, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros reais) ao vigente orçamento da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental-SUCAM, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 162, de 17.11.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 671/93

PARECER:

Originário da Mensagem Governamental nº 85/93, de autoria do Poder Executivo, na oportunidade sendo analisado por este relator, aprova em seu Art. 1º, crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros reais), conforme anexos I e III.

Diz o mesmo projeto, em seu art. 2º, que tal recurso servirá para a cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior,

igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme anexos II e IV, desta lei.

No artigo 3º, diz que: em decorrência do contido nos artigos retro citados desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme anexos V e VI.

Como resultado da análise proferida, constatou-se que o presente plano de lei, está em perfeita consonância com o disposto nos artigos 133 § 1º e 135 V, ambos os institutos da carta Magna Estadual.

Tais fatos, levam este relator a emitir o seu parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 671/93

P A R E C E R:

A medida que ora se propõe, tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros reais) ao vigente orçamento da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM.

Esta douta Comissão de Finanças, seguindo o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, vem a se pronunciar favoravelmente, visto que a matéria encontra-se de conformidade com as normas vigentes.

Assim sendo, nada há que possa vir a prejudicar o trâmite normal do Projeto de Lei nº 671/93, por esta Casa de Leis, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
JOÃO PREIS - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 681/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O nível de vencimento do Procurador Geral, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica reajustado em 30% (trinta por cento) a partir de 1º de novembro de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 680/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Of. 1908/93. Os níveis de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados em 30% (trinta por cento), a partir de 1º de novembro de 1993, e dá outras providências.

Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..
Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 675/93, de autoria do Ministério Público do Est.do Paraná-Of. nº 910/93. Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, vigente em outubro/93, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 666/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 089/93. Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ficam reajustados, a partir de 01 de novembro de 1993, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 654/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 077/93. Objetiva dar nova redação ao Art. 5º da Lei nº 7.567, de 08 de janeiro de 1982, alterado pelo Artigo 1º da Lei nº 7.666, de 03 de novembro do mesmo ano, que trata da composição do COMPREVI - Conselho de Previdência Complementar e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, esse projeto está em 2ª. Discussão. Apresentamos uma emenda e gostaríamos de verificar com V.Exa., se essa emenda se encontra sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência informa que não consta anexada ao Projeto e segundo nos informa a assessoria...

O SR. RENATO ADUR - Nós apresentamos a emenda nesta tarde e eu disponho de cópia inclusive para apresentar a Vossa Excelência, Emenda inclusive com 5 assinaturas de apoio.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa aguarda informação da assessoria.

A Mesa informa que não possui nenhuma emenda com referência ao Projeto 654/93, mas sim ao 570, de vossa autoria.

O SR. RENATO ADUR - Tudo bem, Senhor Pre-

sidente, nós vamos verificar na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições de veto n°s 070/93, 075/93, 077/93, 079/93, 080/93 e 083/93, itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, e 7 constantes na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Diante da manifestação do Plenário, esta Presidência colocará em votação em bloco, os itens de n°s 1 a 7, da Ordem do Dia, referentes a Vetos sobre Projetos de Lei aprovados por esta Assembléia.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 083/93, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 370/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Distrito de Boa Esperança ao Município de São Jorge do Patrocínio. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 326/93

Curitiba, 26 de outubro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 320/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 370/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que não tem objeto porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 370/93, encontra-se publicado no DA. n° 104/93, de 04.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 83/93

P A R E C E R:

Conforme ofício DTL/SAT 326/93, a Proposição n° 83/93, diz respeito ao veto aposto ao Projeto de Lei n° 370/93, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, na oportunidade sendo analisada por este Relator, autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Distrito de Boa Esperança ao Município de

Curitiba, quinta, em 25.11.93

São Jorge do Patrocínio.

Concluiu-se, após procedida a análise, que o Veto ocorreu em absoluta concordância com o disposto no artigo 87, inciso VII, e na conformidade do contido no § 1° do artigo 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Tais fatos levam este relator a manifestar-se favoravelmente pela manutenção do Veto, considerando a presente proposição em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 080/93, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 355/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Flor da Serra do Sul, o imóvel que especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT n° 301/93

Curitiba, 15 de outubro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 280/93, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 355/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão do motivo adiante exposto.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Flor da Serra do Sul, o imóvel urbano que especifica, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem- DER.

A negativa da sanção ao projeto de Lei em causa decorre de informação prestada pela Secretaria de Estado dos Transportes que, opinando contrariamente à adoção da medida, asseverou:

..."Com relação ao assunto, informamos que o DER utiliza as instalações do Núcleo de Flor da Serra do Sul como apoio às equipes de conservação de estradas estaduais e atendimento eventual a estradas municipais.

Por esta razão, há interesse em que o referido Núcleo permaneça com o órgão rodoviário, no caso o 9° Distrito Rodoviário.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 355/93, encontra-se publicado no D.A. nº 102/93, de 02.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO A PROPOSIÇÃO Nº 80/93

P A R E C E R:

A presente Proposição veta o Projeto de Lei nº 355/93, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Flor da Serra do Sul o imóvel que especifica, e que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador, através do Ofício DTL/SAT nº 301/93.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 079/93, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 166/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que cria a Força Verde Mirim - FVM, no Estado do Paraná e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 300/93

Curitiba, 15 de outubro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 288/93, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da competência conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, veteei o Projeto de Lei nº 166/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar a "Força Verde Mirim"-FVM, pela forma e para as finalidades que especifica.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em causa, embora se reconheça a louvável preocupação do legislativo sobre o assunto, decorre da forma em que está colocada a medida, não apresentando as necessárias condições de exeqüibilidade.

O Instituto Ambiental do Paraná, órgão autárquico vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, SEMA, analisou a matéria e, informando a já existência de programa semelhante, a Força Verde do Pa-

raná, criado pelo BPFLO/IAP, a título de identificação à comunidade com vistas à união de esforços em defesa do meio ambiente, opinou contrariamente ao Projeto de Lei nº 166/93. Disse, ainda, o IAP:

"A criação da Força Verde Mirim- FVM", da forma como está proposta não se ajusta à política de educação ambiental da SEMA, esta concebida na liberdade de ser e de criar da criança em harmonia, com o meio ambiente.

A F.V.M. viria a onerar desnecessariamente o Tesouro do Estado, uma vez que a SEMA já desenvolve atividades de educação ambiental com os mesmos objetivos.

O Projeto de Lei também deixa importantes dúvidas a respeito da criação e objetivos do Conselho Verde.

Sendo assim, a equipe de educação ambiental da SEMA se coloca contrária à criação da presente Lei".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 166/93, encontra-se publicado no DA. nº 041/93, de 04.05.93.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA

VETO GOVERNAMENTAL

AO PROJETO DE LEI Nº 166/93

P A R E C E R:

O projeto de lei nº 166/93, vetado pelo Governador através da Proposição nº 079/93, encaminhado a essa Casa de Leis pelo Ofício DTL/SAT 300/93, objetiva, conforme seu autor nobre Deputado Carlos Simões, criar a Força Verde Mirim- FVM, no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Chamado a opinar, a douta Comissão de Constituição e Justiça, emite parecer favorável ao veto governamental diante das razões explicativas na justificativa, além do que este se apresentou em tempo hábil, regimentalmente correto e dentro das prerrogativas constitucionais.

Parecer FAVORÁVEL pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 077/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 124/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que isenta 50% dos valores das tarifas de água e energia elétrica, as entidades filantrópicas e de assistência social. COM

RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 298/93

Curitiba, 15 de outubro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 274/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 124/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a "isentar em 50% dos valores das tarifas de água e energia elétrica, as entidades que comprovadamente prestem serviços de filantropia e assistência social".

O não acolhimento ao Projeto de Lei em referência decorre de pronunciamentos expendidos pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL e pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, manifestando-se ambas contrariamente à sanção do questionado Projeto de Lei n° 124/92.

A Companhia Paranaense de Energia, na análise que procedeu asseverou:

..."1. A Constituição Federal de 1988 prevê -- como é de longa tradição no Direito Constitucional Brasileiro -- que compete à União explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços e instalações de energia elétrica (art. 21, inciso XII, "b"). E, em consonância com esse preceito específico, atribui também competência privativa à União Federal para legislar sobre a matéria, conforme se conclui do disposto nos artigos 22, inc. IV, e 175, parágrafo único.

2. Já a partir do Código de Águas, promulgado em 1934, e de seus diversos diplomas legais complementares -- em especial, quanto à matéria, o Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica aprovado pelo Decreto Federal n° 41.019, de 26.02.57 -- a legislação federal disciplina de forma exaustiva a prestação desses serviços.

Sendo a União o Poder concedente, tal regulamentação se orienta pela diretriz de uniformidade, em âmbito nacional, das condições a serem observadas pelos concessionários, em seu relacionamento com os consumidores.

Dispositivos específicos do Código de Águas (art. 180, inc. IV) e do Regulamento aprovado pelo Decreto n° 41.019/57 (art. 164) vedam estabelecer discriminação entre os consumidores da mesma classe. (No caso do projeto de lei em questão, as entidades que prestam serviços filantrópicos

Curitiba, quinta, em 25.11.93

e de assistência social teriam tratamento privilegiado em relação aos demais consumidores de mesma classe).

3. De acordo com a Lei n° 8.631, de 04.03.93, e o Decreto n° 774, de 18.03.93, os níveis das tarifas devem corresponder aos valores necessários à cobertura do custo do serviço, de modo a garantir serviço adequado. Para a fixação das tarifas são considerados os custos específicos do fornecimento de energia de acordo com a classificação do consumidor, pela atividade desenvolvida na unidade consumidora, e o nível de tensão de fornecimento.

Observada a tarifa média de fornecimento, qualquer desconto ou incentivo dada a uma classe de consumidores deve ser obrigatoriamente compensado pelas demais classes.

4. O que se consta, em resumo, é que a sistemática constitucional e infraconstitucional vigente inadmite a edição, pelos Estados, de legislação que interfira nos diferentes aspectos do relacionamento concessionário-consumidor dos serviços de energia elétrica."

Por oportuno, transcreve-se, também, a manifestação da Companhia de Saneamento do Paraná:

..."1° A SANEPAR já pratica preço especial para as entidades assistenciais, cadastradas como tal junto à Empresa, nos termos do Decreto 6.504 de janeiro de 1990.

2° Das Entidades acima referidas, a SANEPAR cobra, por metro cúbico excedente ao consumo mínimo, valor igual a 50% da tarifa correspondente à categoria "Utilidade Pública"."

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 124/92, encontra-se publicado no D.A. n° 56/92, de 11.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 077/93

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o Veto apostado ao Projeto de Lei n° 124/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que isenta em 50% dos valores das tarifas de água e energia elétrica, às entidades filantrópicas e de assistência social.

A Negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal.

Face ao exposto, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta

Casa.

Sala das Comissões, em 16.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 076/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 356/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a Estadualizar o trecho Rodoviário que liga o Município de Pérola ao Distrito de Pindorama. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 296/93

Curitiba, 15 de outubro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 281/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 356/93, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o município de Pérola ao Distrito de Pindorama.

O Projeto de Lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de suportar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos, assim como os recursos humanos do DER estarem, todos, voltados aos trabalhos nas obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas microbacias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 356/93, encontra-se publicado no D.A. nº 102/93, de 02.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO GOVERNAMENTAL
PROPOSIÇÃO Nº 76/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 356/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, objetiva per-

mitir o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Pérola ao Distrito de Pindorama, tendo sido vetado pelo Governador, através da proposição de nº 76/93, encaminhado a essa Casa de Leis pelo Ofício DTL/SAT nº 296/93, em 15 de outubro de 1993.

Chamado a opinar sobre o veto governamental, a douta Comissão de Constituição e Justiça, emite parecer pela continuidade da tramitação do processo, uma vez que ele se encontra em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa, haja vista ter sido apresentado em tempo hábil, regimentalmente correto e dentro das prerrogativas constitucionais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 075/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 357/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a Estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Icaraíma ao Município de Vila Alta. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 297/93

Curitiba, 15 de outubro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 282/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 357/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que não tem objeto porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

(O Proj. de Lei nº 357/93, encontra-se publicado no D.A. nº 102/93, de 02.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 75/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, a Proposição nº 75/93, visa Vetar o Projeto de Lei nº 357/93 de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Governo do Estado a estadualizar o trecho rodoviário

que liga o Município de Icaraíma ao Município de Vila Alta.

Ao analisarmos os motivos expostos pelo Poder Executivo para vetar o referido projeto de lei, chegamos à conclusão que a mesma está em condições de ser apreciada pelo douto Plenário deste Poder Legislativo, dando o nosso parecer favorável pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 070/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 229/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica, (Município de Erculândia ao Município de Ivaté). COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 266/93

Curitiba, 21.09.93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento ao Ofício nº 238/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 229/93, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o distrito de Erculândia ao município de Ivaté.

O Projeto de Lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de suportar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos, assim como os recursos humanos do DER estarem, todos, voltados aos trabalhos nas obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas microbacias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colênda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado.

Curitiba, quinta, em 25.11.93

(O Projeto de Lei nº 229/93, encontra-se publicado no D.A. nº 69/93, de 01.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 070/93

P A R E C E R:

Conforme ofício DTL/SAT 266/93, a Proposição 070/93, diz respeito ao Veto apostado ao Projeto de Lei nº 229/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica.

Da análise proferida, constatou-se que o veto ocorreu dentro do prazo legal.

Tais fatos, levam este relator a manifestar-se favoravelmente pela manutenção do veto, considerando o mesmo em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 16.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;

JOÃO IENSEN - Relator.

Lembramos ao Plenário que para a rejeição dos vetos e conseqüente aprovação dos Projetos, serão necessários 28 (vinte e oito) votos com cédula "Não". Votando "Não" estará rejeitando os Vetos e aprovando os Projetos. Votando "Sim" estará aprovando os Vetos e mantendo rejeição dos Projetos.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Domingos Carvalho) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com satisfação a presença entre nós do Deputado Federal Otto Cunha, ex-Prefeito de Ponta Grossa; e também a presença nas dependências do Poder Legislativo do Deputado Estadual Nilton Cesar Servo.

Vinte e nove Srs. Deputados compareceram à votação.

A Mesa designa Comissão constituída pelos Deputados Ademar Traiano, Eurides Moura e Valderi Vilela para a conferência dos votos.

Vinte e nove Senhores Deputados compareceram à votação. Votos em branco, (2); votos SIM, (18); votos NÃO, (9). Estão mantidos os vetos.

Sobre a mesa, requerimento nº 4538 de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

8 Srs. Deputados aprovam; 13 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Requerimentos N°s 4626 e 4627, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4606, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4650, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4568, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino e Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente de sessão anterior. **Encerrada a Discussão.**

Requerimento n° 4600, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente de sessão anterior. **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s

570, 671 e 672/93.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 461/93 e dos Projetos de Lei n°s 373/93, 569, 572, 573, 575 e 679/93.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Sr. Deputado Toti Colaço. Havendo número legal o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 597/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei n° 645/93, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Solange Mann, Secretária da Comissão.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
Solange Mann - Secretária